

Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Antonio Patriota no evento em comemoração aos 20 anos da ABACC no Palácio San Martín

2011

Exmo. Senhor Chanceler Héctor Timerman, Exmo. Senhor Ministro Julio de Vido, Exmo. Senhor Diretor-Geral da AIEA, Senhor Yukia Amano, Exmo. Senhor Secretário da ABACC, Dr. Odilon Marcuzzo do Canto, Senhores parlamentares e demais autoridades presentes, Senhores Embaixadores e demais membros do corpo diplomático, Senhoras e Senhores,

Gostaria, antes de mais nada, de felicitar o Governo argentino pela oportuna iniciativa de sediar este evento, que se insere no contexto das comemorações, neste ano, do vigésimo aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

As ilustres presenças entre nós do Diretor-Geral da AIEA e do Secretário da ABACC reforçam o significado e o simbolismo desta cerimônia. Temos aqui reunidas todas as partes envolvidas no Acordo Quadripartite de 1991, expressão jurídica mais acabada e definitiva do compromisso político dos dois países – internamente, entre si e perante a comunidade internacional – com o uso apenas pacífico da energia nuclear.

A transparência, o diálogo, o fomento da confiança e a cooperação no campo nuclear foram, e continuam a ser, elementos fundamentais no processo de aproximação e integração entre o Brasil e a Argentina, que ganhou impulso com a redemocratização de ambos os países em meados dos anos 80. Desde então, como assinalou o Diretor Amano em seu excelente artigo na imprensa de hoje, os dois países foram construindo um caminho político que logo se tornou irreversível.

Declarações dos dois Presidentes em bases quase anuais, visitas recíprocas dos mandatários e altas autoridades – inclusive às instalações nucleares de ambos os países – e outros gestos de grande significado político dissiparam, de uma vez por todas, suspeitas e rivalidades – em verdade mais imaginários do que reais – sobre uma suposta corrida armamentista, abrindo uma nova e promissora etapa no relacionamento bilateral. A intensificação desse processo foi elemento-chave na concepção e origem dos projetos de integração do MERCOSUL e, mais adiante, da UNASUL.

Hoje, a UNASUL se consolida como espaço de cooperação para o desenvolvimento do continente como uma zona de paz. A paz, a propósito, é um traço distintivo da nossa região. Nesta data especial, é justo reconhecer na ABACC e no Acordo Quadripartite contribuições importantes para o fortalecimento da vocação pacífica e pacifista da América do Sul.

Brasil e Argentina, em medidas adicionais que reforçaram suas credenciais no campo da não-proliferação nuclear, deram os passos necessários para colocar em vigor internamente o Tratado de Tlatelolco, que criou, na América Latina e Caribe, a primeira Zona Livre de Armas Nucleares em uma região densamente povoada; aderiram ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); passaram a integrar o Grupo de Supridores Nucleares (NSG); e estiveram entre os primeiros países a assinar e ratificar o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). No Brasil, a Constituição federal estipula que toda atividade nuclear em território nacional só será admitida para fins pacíficos.

O diálogo e a cooperação no campo nuclear tornaram-se objetivo permanente das políticas exteriores de Brasil e Argentina. Na Declaração Conjunta que emitiram em 31 de janeiro último, as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner reiteraram que “a cooperação bilateral em matéria nuclear – assentada no diálogo político, na consolidação da confiança e na estreita coordenação no tocante a salvaguardas – constitui um patrimônio comum irrenunciável da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina”.

Senhoras e senhores,

A ABACC é a única organização no mundo, de caráter binacional, voltada para a aplicação de salvaguardas nucleares. Criada em julho de 1991, a Agência foi encarregada da implementação do sistema comum de contabilidade e controle de materiais nucleares (o SCCC). Cinco meses depois, em dezembro daquele mesmo ano, firmava-se o Acordo Quadripartite, que submeteu os programas nucleares do Brasil e da Argentina às chamadas salvaguardas abrangentes, que cobrem todas as atividades em que há material nuclear nos dois países.

Brasil e Argentina estão submetidos a um sistema de duplas salvaguardas, as da ABACC e as da AIEA, para não falar da própria vigilância exercida pelas agências reguladoras nacionais. Existem hoje 67 instalações dos dois países sujeitas às salvaguardas. A ABACC atua de forma independente dos dois governos e da própria AIEA. A estreita colaboração com a AIEA é, entretanto, inerente ao arranjo. O êxito do compartilhamento de responsabilidades tem propiciado aumento das tarefas desempenhadas pela ABACC no sistema. Esperamos que essa confiança da AIEA na competência e integridade do trabalho da ABACC continue a ampliar-se sempre.

O arranjo brasileiro-argentino vai além de um regime de salvaguardas que conecta um Estado à AIEA, nos moldes do que outros países não-nuclearmente armados têm por força de sua participação no TNP. O funcionamento da ABACC, em coordenação com a AIEA, levou a um grau de transparência e de conhecimento mútuo sem precedentes. A dinâmica do processo faz hoje com que Brasil e Argentina saibam mais sobre os programas nucleares um do outro do que quaisquer outros dois países vizinhos.

Vemos com grande satisfação a contribuição do Brasil e da Argentina ser reconhecida em diversos foros e em documentos aprovados no contexto do TNP e da AIEA. Neste ano, a ABACC passou a ter status de observador nas reuniões da Junta de Governadores da AIEA. Há apenas duas semanas, outro importante sinal foi dado pelo NSG. Após seis anos de negociações, o Grupo logrou aprovar novas diretrizes para as transferências das

tecnologias mais sensíveis no campo nuclear, limitando-as a países que atendam aos mais elevados padrões de proteção física, segurança e salvaguardas nucleares. Ao fazê-lo, o NSG reconheceu explicitamente o Acordo Quadripartite como critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA), e enfatizou que esse Protocolo não constitui obrigação legal sob o TNP ou a AIEA. A decisão do NSG atesta as credenciais de ambos os países e abre novas perspectivas para a cooperação e acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento de seus respectivos programas nucleares.

Senhoras e senhores,

Ao me referir ao desenvolvimento dos programas nucleares, não poderia deixar de mencionar outra vertente da interação entre o Brasil e a Argentina. Em março de 2008, criamos a Comissão Binacional de Energia Nuclear para coordenar as iniciativas de cooperação nessa matéria. Diversos projetos têm sido conduzidos no âmbito da COBEN nas áreas de reatores, aplicações nucleares, regulação e ciclo do combustível. Dentre eles, destaca-se o projeto do desenvolvimento conjunto de reatores de pesquisa multipropósito. Uma vez constatado que os respectivos projetos de reator de pesquisa apresentavam suficiente grau de semelhança, em janeiro último foi assinado acordo entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a “Comisión Nacional de Energía Atômica” (CNEA) para o desenvolvimento conjunto do projeto básico dos reatores. A conclusão desse projeto será um marco na cooperação bilateral, propiciando aos dois países aprofundar atividades em áreas como a produção de radioisótopos e testes de irradiação de combustíveis e materiais.

Outro projeto da COBEN que ganhou realce, após os acidentes com reatores nucleares no Japão, é o de “Fortalecimento das Capacidades de Respostas a Emergências Radiológicas e Nucleares”. Queremos intercambiar experiências e promover maior integração na capacidade de reação dos dois países a eventuais acidentes. Também é nossa intenção coordenar posições para a discussão que já se iniciou na AIEA sobre o reforço da segurança nuclear, a partir da recém-concluída e oportuna Conferência Ministerial promovida pelo Diretor-Geral Yukia Amano. Sobre este mesmo tema, será realizada reunião de alto nível em setembro, em Nova York, por ocasião da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas. A Presidenta Dilma Rousseff tenciona participar.

Senhoras e senhores,

Queria encerrar estas minhas palavras sobre o aniversário de 20 anos da ABACC com uma reflexão sobre o exemplo brasileiro-argentino como fonte de inspiração para outras regiões do planeta, como o Oriente Médio, a Península Coreana ou a Ásia Meridional. Essa ideia ganha relevância ainda maior ante a perspectiva de realização de uma Conferência em 2012 sobre o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio. Evidentemente, não podemos ignorar as diferenças entre os contextos geopolíticos, que impediriam uma aplicação mecânica do modelo da ABACC, e exigiriam antes uma adaptação aos desafios específicos de cada região. Para além do conceito de Zonas Livres de Armas Nucleares, que permanece válido para regiões onde tais Zonas ainda não existem, o arranjo brasileiro-argentino de um sistema de duplas salvaguardas, internacionais e regionais,

teria méritos específicos para a criação de maior confiança mútua. Devemos aproveitar esta ocasião, em que celebramos duas décadas de uma relação de transparência e confiança, para nos colocarmos à disposição de outros países que queiram ver mais de perto como o Brasil e a Argentina puderam iniciar e levar adiante essa parceria. A constituição da ABACC revela-se assim como um dos elementos da nossa trajetória de crescente integração em um ambiente de desenvolvimento com inclusão social, de aprofundamento de nossas raízes democráticas, de prosperidade e de paz, em benefício de nossos países, de nossa região e do mundo.

Muito obrigado.